O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 16 | Nº 46 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10049329

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

CARTOGRAFIAS NO TRÓPICO DE CAPRICÓRNIO: AION, CRONOS E SOLDADOS NA TRIPLICE FRONTEIRA

José Carlos dos Santos[1]

Márcia Regina Ristow[2]

Resumo

O trópico de capricórnio corta os estados brasileiros do Paraná, São Paulo e Mato Grosso. Um território que, no século XVI, era de domínio espanhol. A tríplice fronteira atual formada por Brasil, Paraguai e Argentina estão localizados neste mesmo e modificado território. Nela, memórias do tempo passado e do presente se cruzam de diversas formas. Apresentamos a discussão sobre o texto de um Relatório Militar, escrito em 1942, de autoria do 3º Sargento do Exército, Manuel Cursino Dias Paredes, quando da ocasião de sua visita à esta tríplice fronteira; ele se desloca por via hidrográfica nos rios Iguassu, Paraná e Ivai, refazendo itinerários que remonta a ancestralidades imperais e indígenas em disputa territorial, no século XVI. A fonte faz parte do acervo do DOPS/Pr. A análise dessa fonte histórica, crivada por um processo hermenêutico, deve fazer uma inserção no tempo e perquirir sobre seu conteúdo, como, quando, por quem e onde é construído? Há indícios do tempo presente: anos 1940 onde a identidade e integração nacional eram as temáticas que envolviam a produção historiográfica, a diplomacia e a atuação de forças militares. O resultado da análise apontou que as palavras, os conceitos e itinerários estão carregados de sentidos, deslocamentos e cocriações; seu discurso é da ordem do normativo e a guarda documental revela práticas de conservacionismo de memória frente as demandas sociais do tempo presente. O método hermenêutico adotado na análise, permitiu compreender o deslocamento que a produção de um Relatório realiza por dentre fantasmagorias construídas sobre a disputa territorial e que foram praticadas/lembradas na forma documental em 1940; o fragmento e a análise permite concluir e pensar nos mitos gregos de *Aion* e *Cronos* que Deleuze e Guatarri os aponta tecendo e controlando o tempo, ou seja, as práticas políticas de controle da memória e do território tecem o presente com memórias fantasmagóricas do passado. Este estudo é um ensaio interpretativo destas possibilidades.

Palavras-chave: Cartografia; Memória; Militar; Narrativa; Tríplice Fronteira.

Abstract

The Tropic of Capricorn cuts through the Brazilian states of Paraná, São Paulo and Mato Grosso. A territory that, in the 16th century, was under Spanish control. The current triple border formed by Brazil, Paraguay and Argentina are located in this same and modified territory. In it, memories of the past and present intersect in different ways. We present the discussion on the text of a Military Report, written in 1942, written by the 3rd Sergeant of the Army, Manuel Cursino Dias Paredes, during his visit to this triple border; he travels by hydrographic route on the Iguassu, Paraná and Ivai rivers, retracing itineraries that date back to imperial and indigenous ancestries in territorial dispute in the 16th century. The source is part of the DOPS/Pr collection. An analysis of this historical source, sifted through a hermeneutic process, must insert itself in time and inquire about its content, how, when, by whom and where it was constructed? There are signs of the present time: the 1940s where national identity and integration were the themes that involved historiographical production, diplomacy and the actions of military forces. The result of the analysis showed that words, concepts and itineraries are full of meanings, displacements and co-creations; its discourse is of the normative order and document storage reveals practices of memory conservationism in the face of the social demands of the present time. The hermeneutic method adopted in the documentary analysis allowed us to understand the displacement that the production of a Report carries out among phantasmagoria built on the territorial dispute and which were practiced/remembered in documentary form in 1940; The fragment and analysis allows us to conclude and think about the Greek myths of Aion and Cronos that Deleuze and Guatarri point out as weaving and controlling time, that is, that political practices of controlling memory and territory weave the present with ghostly memories of the past. This study is an interpretative essay on these possibilities.

Keywords: Cartography; Memory; Military; Narrative; Triple Border.

[1] Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: professor-jose-carlos@hotmail.com

[2] Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: marciaristow@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, foi instituído no Brasil na chamada primeira República, em 30 de dezembro de 1924. Sua função era de assegurar e disciplinar a ordem militar no país; foi criado em 17 de abril de 1928 pela lei nº 2034 com a finalidade de reorganizar a Polícia do Estado. Ela surge neste período com o espírito de ordem nacional, apesar de limitar-se a existir apenas nas grandes capitais, neste momento, São Paulo e Rio de Janeiro, este como a sede da capital federal.

Sua concepção era de ordem pública nacional, mas em um período em que o território é ainda desconhecido, desintegrado e pouco afeito a um ordenamento jurídico e administrativo central. Os DOPS foram, aos poucos, sendo adotados pelos demais estados da federação, na medida em que estes colocassem o tema da integração e defesa nacional como pauta de gestão.

A estrutura dos DOPS sofreu remodelação, como passou o jogo político de gestão do estado nacional. Perpendiculou entre produzir a segurança nacional e repressão interna ao status de governo. No Estado de São Paulo, onde mais cresceu e diversificou a atuação, entre 1940 a 1969, o DOPS abrigava as Delegacias de Ordem Política, de Ordem Social, de Estrangeiros, de Ordem Econômica, de Armas, Explosivos e do Serviço Secreto.

No Paraná será criada em 1936 e instalada em 1937 por instrução do Ministro da Justiça Francisco Campos. A sugestão de sua criação ocorreu em 1936, no Congresso dos Secretários de Segurança e Chefes de Polícia que ocorreu no distrito da Guanabara, convocado pelos chefes de Polícia do Distrito Federal e Ministério da Justiça. Anteriormente à esta criação, a segurança pública estava a encargo da Delegacia de Vigilância e Investigação e da Delegacia de Vigilância e Capturas. Posteriormente, em 1937, a DOPS (MOTTA, 2006, p. 57).

O DOPS/PR foi definitivamente desativo em 1991. Seus arquivos foram transferidos para o Arquivo Público do Estado. Neste Instituto encontra-se o Relatório/fonte que aqui será analisado.

Não se pretende responder a questões sobre o porquê do seu arquivamento, nem sequer sobre se pode ser considerado fonte histórica ou sobre os motivos de seu autor e se responde a provas inquisitórias para modelos processuais. Também não se pretende organizar uma história do DOPS/PR.

O presente texto tem como foco discutir a pesquisa documental e tecer reflexões sobre o arquivo e as memórias produzidas no seu entorno. Trata-se de demonstrar por meio de metodologia de análise documental e pesquisa bibliográfica de cunho historiográfico como a tessitura do tempo presente recorre a fatos passados para os resignificar diante de projetos, ações, sentidos outros, redimencionados em função desta demanda.

A fonte principal que procuramos analisar é um fragmento produzido a partir de parâmetros imaginários do DOPS. Tomado como indício, o fragmento permite o imergir no jogo da cultura, nos afazeres memorialísticos, na constituição de significados, nas práticas de arquivamento como afirmou Albuquerque Junior (2013). Analisar um fragmento documental, de época, é sempre uma oportunidade de reflexões diversas sobre a organização da cultura, da seleção e arquivamento de histórias micro e que podem ser relacionadas a conteúdos de interesses diversos, direcionado a organização do social. Há muito em jogo nesses procedimentos; muitos enunciados; muitos discursos (logos) que, compostos pela tinta da caneta, revelam as fugas, as escolhas, as conformidades e as disformidades da autoria.

Cabe indagar sobre a quem compete selecionar uma memória? Que destino, que túmulo, no dizer de Le Goff, pode ser dado a ela? Seu conteúdo, como, quando, por quem e onde é construído?

O fragmento histórico em análise é um texto produzido em 1942 na forma de um Relatório escrito por Manuel Cursino Dias Paredes, 3º Sargento do Exército Brasileiro, dirigido ao Delegado Glaucio Guiss, então chefe da Delegacia de Ordem Política e Social. Sua biografia é extensa, tendo prestado serviços como oficial do Exército, chegando a Tenente Coronel; foi vereador pelo município de Curitiba, chefe do Corpo de Bombeiros e Grão Mestre da Maçonaria. Essas instituições, por si sós, são dispositivos cartográficos dispostos em sua biografia; ele incursiona por dentre esses diversos agenciamentos que ostentam rizomas como disseram Deleuze e Guattari (2000) e compõem com seu corpo, com os símbolos e os significados dispostos como representações e alguns sujeitos que encontrará na tríplice fronteira.

A relevância da fonte e de sua análise se insere na ordem da compreensão de elementos culturais historicamente construídos no eixo do trópico de capricórnio que remete á ocupação espanhola e posterior e gradativamente reivindicada pela coroa portuguesa. Memórias de uma territorialidade diversas vezes requerida, lembrada, transformada na medida em que os Estados Nacionais se instalam no local e novas iniciativas de conquistas e disputas pelo solo, se estabelecem.

O objetivo dessa reflexão é fazer uma incursão sobre o uso de fontes e suas diversas formas de exploração no exercício da escrita. Se dará destaque para: a) apresentar o Relatório enquanto tipo de produção de comunicação e ou inquérito sobre o espaço; b) apontar a identidade do emissor como elemento essencial da produção de sentido das narrativas; c) descrever o lugar como elemento fundamental de estoque simbólico de representações territorializantes; d) adotar o método hermenêutico proposto por Deleuze e Guatarri.

Quanto ao aspecto metodológico de análise da fonte escrita e teórico conceitual, se fará exploração do método cartográfico proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Especificamente, a teoria dos dispositivos, o agenciamento, o simulacro da palavra, serão conceitos norteadores extraídos

da obra desses dois filósofos e que orienta uma pesquisa e/ou uma metodologia cartográfica pelo viés da filosofia da diferença. A cartografia, nesse sentido, tem se mostrado uma metodologia bastante recorrente nas pesquisas na área das ciências humanas, motivo pelo qual se justifica o uso nesta abordagem.

Em todas as suas seções o estudo aparece enlaçado pela metodologia cartográfica deleuzeana, apresentando cada uma de suas partes como integrantes de um grande rizoma, cujos deslocamentos de sentidos serão registrados conforme a tessitura do texto sobre a fonte.

Na primeira, *a prática de arquivos e o departamento de ordem política e social – dops***,** aponta-se o Relatório como fonte, a identidade de seu autor, as marcas territoriais do século XVI na tríplice fronteira, trópico de capricórnio. Tais discussões são aportadas em autores como Le Goff, Albuquerquer Jr. e Loraux, Barroso, Pollak e do como discutem a memória, suas formas de representações, usos e deslocamentos de sentidos. O propósito da seção foi de mencionar a temporalidade e o espaço como elementos fundamentais da construção de sentidos, lugar de disputas entre *Cronos e Aion*.

Na segunda seção, *o relatório como inquérito sobre o espaço,* se pratica o método hermenêutico com uma imersão em representações produzidas a partir da descrição, posse e disputa territorial estabelecidas por dentre os séculos XVI e meados do século XIX, tempo do Relatório do Tenente Coronel Manuel Cursino. Memórias de guerras, de disputas pelos rios, pela saída ao mar por meio do Mar Del Plata. Mas também de fundação de cidades, de Colônias Militares, de instalação de Postos da Marinha e de estratégias de vigilância sobre a identidade dos nacionais e estrangeiros que ocupam o "vazio demográfico" do Oeste do Estado do Paraná e do território do Trópico de Capricórnio.

Por fim, a incursão por dentre a pesquisa histórica de cunho bibliográfico, a análise da fonte e do próprio DOPS como lugar de fala e de articulação de saberes, se conclui por meio do método de análise, que a temporalidade é tecida por diversas representações "atemporais"; que a prática cotidiana, ou do tempo presente, recorre a memórias, instituições e seus status para a conservação e instituição de um ordenamento sócio cultural e que para isso, faz uso de diversos instrumentos e sujeitos, como soldados, o corpo militar, representações e seus formas de manifestação, como a escrita. A memória, portanto, responde a expectativas sociais da ordem e do controle; os mortos serão lembrados na construção de panteões, ou esquecidos no tempo frio de sua existência. O mundo *Aionico* é tecido todas as vezes que uma fonte lembra um passado e o presentifica; *Cronos* estará sempre lá, como um fixo, disponível. Os rios, o continente, as ilhas, a saída para o mar são os fixos; a linguagem os coloca em movimento com simulacros dos desejos políticos.

A PRÁTICA DE ARQUIVOS E O DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL – DOPS

Documentos podem ser raros ou anódinos, banais. Guardá-los pode mudar o seu significado: "[...] ao guardá-los por tanto tempo naquela gaveta escura, fez com que eles se tornassem raros", disse Albuquerque Jr (2013). Mediante o ato de guarda, há muitas descobertas a considerar-se.

> Descobrem-se, assim, pedaços de um passado ainda vivendo no presente, sentem então o peso dos anos em seus próprios corpos, tomam consciência de que são raros porque carregam na materialidade do papel e da tinta que os compõem, nas mais de três mil páginas esborrachadas, tal como dissera o demiurgo, a espessura do próprio tempo, se descobrem testemunhos deixados por uma época, descobrem que em meio a destruição generalizada de seus semelhantes, pois sobre isso conversam longamente aqueles dois homens, eles escaparam, eles estavam ali, quase sozinhos, na tarefa de indiciar para o presente o que fora esse passado (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 11).

"Pedaços" de passado que sobrevivem no presente. Tinta e papel guardados; eles atestam coisas, acontecimentos, sendo que seus próprios corpos são a "prova" conservada. Mas, Le Goff (2013) assinala que a sobrevivência do documento depende do ato de vontade. Desde sua produção/montagem de forma consciente ou inconsciente da história de uma determinada época e sociedade que o produziu, é sobrevivente; mas também sobrevive a outras épocas que sucedem a de sua produção.

Para Le Goff (2013, p. 23), um texto escrito, embora se insira nas artimanhas da retórica, é também uma fonte. Ao comentar a afirmação de Nicole Loraux de que "Tucídides não é um colega", mostrando que a Guerra do Peloponeso, embora se nos apresente como um documento que dá todas as garantias de seriedade ao discurso histórico, não é um documento no sentido moderno do termo, mas um texto, um texto antigo, que é, antes de mais nada, um discurso e que pertence ao domínio da retórica (LORAUX, 1980). E complementa: "Mostrarei mais tarde – como Nicole Loraux bem sabe – que todo o documento é um monumento ou um texto, e nunca é puro, isto é, puramente objetivo".

Os autores supracitados (ALBUQUERQUE JR.; LORAUX; LE GOFF) lembram-nos dos atos significantes em torno da "prova documental". Um texto é papel e tinta; mas pode ser um monumento; necessita do poder de esclarecer, de contar o tempo e fazê-lo retornar.

A manipulação do tempo – de contar, fazer retornar, colocá-lo em um *contínuun*, eterno devir, segundo a tradição grega, era função de Aion e Cronos.

Era função de Aion demonstrar que o *continuum*, que a eternidade é o tempo criando uma *metáforai (meta:* "sobre" e *pherein:* "transporte"), uma ponte entre aquilo que foi e deverá ser. Cronos, a seu tempo, demonstra que há uma relação passado e presente que transpõe a realidade existencial e

concatena cronologias e medidas temporais próximas e distantes; Cronos faz o jogo das frações. Aion, do eterno. Logo, um fragmento documental "transporta" (*pherein)* significados/acontecimentos para um outro tempo que não é o seu.

O ato de escrever teve esse traçado de escribas com indicações *aionicas* e *cronoslógicas*. É ainda Le Goff que menciona esse sentido:

> estes escritos (escriba) não têm função de memória, mas sim uma função *ritual, sagrada, mágica*. São meios de comunicação com as *potências divinas*. São anotados para que os deuses os observem e assim se tornem *eficazes num eterno presente.* O documento não é feito para servir de prova, mas para ser um objeto mágico, um talismã. Não é produzido para ser dedicado aos homens, *mas aos deuses.* A *data* tem apenas como finalidade indicar o caráter *fasto ou nefasto* do tempo em que foi produzido o documento: Não assinala um momento, mas um *aspecto do tempo*. Os anais não são documentos históricos, mas escritos rituais que, ao contrário de implicarem a noção de um devir humano, assinalam correspondências válidas para sempre. O Grande Escriba que as conserva não é um arquivista, mas um padre do tempo simbólico, que está também encarregado do calendário (LE GOFF, 2013, p. 49).

Não escrevemos mais textos, de maneira consciente, no modo escriba. Porém, o modo de interpretação de uma fonte, seja ela escrita ou de outra tipologia, não carregaria o desejo de recuperar um tempo; resgatá-lo do passado ou da ignorância para eternalizá-lo na forma de impactos no presente? Se assim fosse, ou não fosse, a fonte estaria recebendo um "tratamento metodológico profissional". Mas não seria esse termo uma forma de linguagem científica para falar sobre rituais, tradições, formas de compor encaixando frações de ocorrências e temporalidades colhidas, alhures, em outros tempos ou lugares? Os deuses falariam por meio dessa conjunção carnal corpo, fonte, ciência?

Há mais dos gregos na prática de arquivar e escrever. É ainda Le Goff que menciona duas características do modo de pensar a história herdada pelo pensamento ocidental: "O saber ocidental considera, pois, que a história nasceu com os Gregos" (51). E essa consideração tem duas motivações principais: uma primeira expressa-se "de ordem étnica", que consiste em distinguir os *Gregos dos bárbaros* porque carrega a compreensão de história ligada à ideia de civilização:

> Heródoto considera os Líbios, os Egípcios e principalmente os Citas e os Persas. Lança sobre eles um olhar de etnólogo. Por exemplo, os Citas são nômades – e o nomadismo é difícil de pensar. No centro desta geo-história há a noção de fronteira: e deste lado, *civilização; do outro, barbárie*. Os Citas que atravessaram a fronteira e quiseram helenizar-se – civilizar-se – foram mortos pelos seus, porque os dois mundos não se podem misturar (LE GOFF, 2013, p. 50).

Uma segunda motivação é o fato de o pensamento ocidental conservar a relação da política ligada às estruturas sociais. Le Goff (2013, p. 51) considera a afirmação de Finley que "[...] não há história na Grécia antes do século V a.C. Nem anais comparáveis aos dos reis da Assíria, nem interesse

por parte dos poetas e filósofos, nem arquivos". É a época dos mitos, fora do tempo, transmitidos oralmente. No século V, a memória nasce do interesse das famílias nobres (e reais) e de padres de templos como os de Delfos, Eleusis ou Delos.

Le Goff cita autores que reforçaram esta tese. Uma "era da história" teria nascido, segundo Santo Mazzarino, em Atenas no meio órfico, no seio de uma reação democrática contra a velha aristocracia e, nomeadamente, a família dos Alcmeónidas (1966). Já Momigliano (1967) afirmou que "a historiografia nasce no interior de uma seita religiosa, em Atenas, e não entre os livres pensadores da Jônia" (Momigliano, 1967, p. 63). "O orfismo tinha exaltado, através da figura de Filos, o ghénos por excelência contrário aos Alcmeónidas: o ghénos de onde nasceu Temístocles, o homem da armada ateniense". Le Goff assinala que a revolução ateniense contra a parte conservadora da velha aristocracia terratenente teve, certamente, origem, já em 630 a.C., nas novas exigências do mundo comercial e marítimo que dominava a cidade. A profecia do passado era a principal arma dessa política (MAZZARINO, 1966).

A história como arma política. Mais que isso: apossar-se dela, controlá-la ao sabor de um poder: o *deus cronos* aí se manifesta. Essa motivação absorve, finalmente, a cultura histórica grega, pois que a oposição aos bárbaros mais não é que uma maneira de exaltar a cidade; elogio que inspira aos gregos a ideia de um certo progresso técnico: O orfismo, que tinha dado o primeiro impulso ao pensamento histórico, tinha também "descoberto" a própria ideia de progresso técnico, do modo que os gregos a conceberam. Progresso, fracionamento do tempo, controle.

Um fragmento de documento, seguindo nessa perspectiva de criação de memória, conservação, tombamento e significação, pode apontar para esses dois hábitos ocidentais da produção do conhecimento, qual seja de reservar fragmentos de um confronto mitológico entre civilidade e barbarismo e entre política e estruturas sociais, notadamente, a construção de cidades. O sentido revelador do passado, messiânico e seus apontes nas realizações citadinas, intervencionistas, demonstráveis na forma de "progressos". Constructos civilizatórios construídos no limiar, na fronteira entre o civilizado e o incivilizado ou incivilizável. Nessa nossa análise de um fragmento histórico, há uma referência a essa tradição historiográfica e política sobre o significado do documento como testemunho de uma história.

O Relatório de Manuel Cursino foi produzido a partir de determinadas normas que, por si sós, já indicam dispositivos que visivelmente apontam sentidos para o arquivo. Trata-se de um texto que intermedeia um diálogo entre o Alto Comando e um soldado de patente do exército brasileiro. Outro significado importante é o fato de seu Relatório pertencer ao Arquivo Público do Estado, isto é, fora

classificado como raro ou anódino, sendo vencedor o primeiro. Mas quando e quem o institui como raro? Seria cronos? Ou seja, o significado da fração de tempo em que esse documento exsurge?

Talvez algumas pistas possam ser consideradas em resposta. O tempo cronológico de produção do Relatório foi 1942 e redigido na forma de um diário; conforme ia se deslocando na *costa*, ia descrevendo o que via, com quem conversava e tipo de informação que conseguia. O Relatório foi protocolizado para a Delegacia de Ordem Política e Social e dirigida ao "Sr Dr. Delegado Regional de Polícia", cujo nome não é mencionado no documento. O controle político e social, conforme pensado à época no Paraná, foi organizado a partir de várias agências com a finalidade de atender aos requisitos de ordem e segurança pública. Sabe-se que criação da DOPS no Estado em 1937 foi uma sugestão colhida em 1936 do Congresso dos Secretários de Segurança e Chefes de Polícia que ocorreu no distrito da Guanabara, convocado pelos Chefes de Polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça. Esse congresso estreitou procedimentos com o intuito de criar laços entre as polícias estaduais, bem como uniformizar e racionalizar, no país, meios para defender o regime instituído na época e inibir a expansão de ideias e organizações de cunho comunista.

Criada, oficialmente, em 1937 e extinta em 1989, a DOPS/PR atuou contínua e decisivamente para vigiar pessoas, organizações, entidades, partidos políticos e movimentos sociais que, de alguma forma, pudessem colocar em risco a ordem política e social. *Cronos*: frações de tempos; comunicabilidades horizontais entre micro e macro políticas. Desejos de progresso, expulsão de bárbaros.

Este fragmento documental, dado essas especificidades, parece lançar a seguinte indagação: é possível resistir ao tempo? Seria o arquivo uma resposta "humana" à afirmativa de Aion sobre o *continuun* da história? De Cronos sobre as etapas do tempo? Seria o mesmo que indagar a este Relatório se não escreve o historiador a partir de fontes e com a intenção de impedir o esquecimento dos grandes feitos do progresso humano? Outra pertinência seria usar a indagação feita por Le Goff (2013) sobre as duas soluções: uma étnica construída nas fronteiras entre o civilizado ou civilizável e os bárbaros, e outra apontada num *continuun* de progresso civil perceptível em obras reais. Cronos e Aion, raros ou anódino. O arquivo é uma resistência e uma permanência. Resta considerar de que e para quê. Como afirma Deleuze, o documento é um devir; embora sinta o peso dos anos no corpo, não fala por si mesmo; há algo que deverá passar por ele.

Territorialidades no Território

Não há documento sem território; não há fonte sem geografia. No caso deste Relatório, já temos o tempo (1942) como um grande devir que indica diversas possibilidades. A Geografia é o elemento

mais significante; nela, o corpo físico desloca-se, confronta, demarca, indaga, protege-se, ameaça. Nela, está o homem todo; nela, ele presencia aquilo que há de mais íntimo seu: vive.

O Relatório é redigido enquanto o autor faz uma diligência na costa do rio Paraná. Diligir é estar em movimento, corpo em ação. Rio também menciona lugar fixo, histórico, eterno. Lugares fixos resistem a movimentos; e os rios – água, barro, pedras - são imóveis que atestam movimentos. E, quando rios, pedras ou morros são adotados como *front*, eles criam um território, lugar demarcado, controlado, defendido, conhecido, adornado.

Redigir ou deambular são atos diferentes. Trazem algo em comum, no entanto. O coser. Diligir é colocar o corpo em movimento neste território de Geia, da terra, do rio, do barro. Redigir também o é, mesmo sendo um exercício de ubiquidade, resguardado ao interior do apartamento diante do computador: é preciso viajar por dentre metáforas. No seu Relatório, Manuel Cursino, o seu corpo, perpassa pela escrita nesse território.

Não o faz de forma desinteressada, pois, como mencionamos, esse território cheira a pólvora, ouvem-se gritos de vitória e sofrimentos, de comandos de ataques e retiradas em várias línguas: português, espanhol, inglês, guarani. Sentidos esquecidos, por esquecer e alguns poucos lembrados.

O território desta tríplice fronteira foi alvo de disputa mediante intensa guerra diplomática e bélica que remonta ao tempo das monarquias. Terra espanhola, segundo o Trado de Tordesilhas; posteriormente, portuguesa. Como resultado muitos documentos, relatos, relatórios civis e militares, memória oral, corpos executados e mutilados; heróis vencedores e perdedores.

A disputa por territórios nessa costa envolveu bem mais que Brasil e Paraguai após suas independências em relação às coroas. Uruguai, Argentina, Bolívia, Inglaterra, compuseram esse grande cenário ao lado dos rivais diretos. Um teatro de histórias, de fantasmagorias que, iniciadas pelas espadas no século XVI, estendem-se até a fundação de um lago que transborda a costa, integrando esses fantasmas e criando a falsa impressão do seu contrário. É Aion agindo a dizer que há um rumo *ad infinito; é Cronos* instigando a coser o tempo. Rios, pedras, vales e montanhas não falam.

Esse território é um palco de fantasmagorias. Conflitos graves ocorridos em torno dos rios, antes ainda dos Estados Nacionais, produziram muitas delas e que estão, ainda, pairando, à espera de ações de enquadramento (POLLAK, 1989). A independência, as repúblicas parecem seguir a esteira apontada por Le Goff (2003), quando dizem que a tradição narra a experiência nos moldes de progressos; extrair de seus corpos um sumo de gozo, de prazer e criam um *sabbat*. A escrita, as narrativas, as imagens e até oralidades seguem a musa como que inebriados pelo prazer. O prazer de pertencer; ter identidade; ter autonomia, ter progresso.

É pertinente sobre os apontamentos sobre a memória, sua recriação e lembranças, citar o estudo de Barroso. Baseado em estudos de Finley, Lucas Barroso afirmou que, diferentemente da "memória individual que teoricamente é espontânea e inconsciente, a memória de grupo é deliberada, uma vez que tem a intenção de servir a um determinado fim conhecido pelo sujeito e/ou grupo social que o executa" (BARROSO, 2021, p. 28).

O teatro de entre rios foi um grande palco. De acontecimentos, memórias individuais, coletivas, esquecidas, relembradas. São exemplos de fontes de memórias nesse espaço territorial a Guerra Luso Espanhola (1735- 1737), Guerra Hispano-Portuguesa (1762–1763 e de 1776 a 1777). Esse conflito teve novo episódio motivado pela reconquista da Colônia do Sacramento, fundada por portugueses, mas em posse dos espanhóis no primeiro episódio. A Invasão de Chiquitos (1825) a Questão da Cisplatina (1825-1828), a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a Guerra Grande, ou Guerra Civil do Uruguai (1839-1851), a Guerra do Prata (1851-1852), a Guerra do Uruguai (1864-1865), a Guerra do Paraguai (1864-1870) e, por fim, a guerra do Chaco. Todas elas constituem dispositivos cartográficos (DELEUZE; GUATARRI, 2000) que ainda repercutem *aionicamente* seus afetos. Um território/teatro de ironias, de invisibilidades e cocriações. Não por mero acaso, as transposições da costa, do rio Paraná, que ocorre em três lugares, são nominados de Ponte da Amizade, Ponte da Integração e Ponte da Fraternidade. Por sua vez, Itaipu, a Pedra que Canta, literalmente, encobriu décadas de disputa bélica e política pela definição de posse das Sete Quedas, lugar emblemático e de beleza exuberante. Como assinala Certeau, onde há um rio, uma fronteira, um *non plus ultra*, constrói-se uma ponte, um modo de ir além conforme as regras *aionicas* do tempo presente. Mas, memórias são fantasmagorias, sempre à disposição do apelo.

Tantos conflitos, tantas memórias: diplomáticas; jurídicas; acordos. Tantos personagens: diplomatas, populares, indígenas, soldados. Tantas narrativas: relatórios, historiografias, contos, registros pessoais. São as fantasmagorias do teatro de sombras produzidos em diversas formas e tantas vezes narrados, revividos. Manuel Cursino Dias Paredes está em inspeção de forma direta na costa do rio Paraná. Está em Foz do Iguaçu, no marco das três fronteiras; durante 24 dias, desloca-se para Guairá; vai até as margens do rio Ivai, retorna a Foz e de lá a Cascavel. Seu inquérito é sobre a tríplice fronteira. Será conduzido por vetores – o Alto Comando, a Delegacia de Ordem Política e Social, a sua farda – e as fantasmagorias territoriais para produzir sínteses e talvez *construir pontes*. Os dispositivos territoriais estão lá, no espaço. Basta ver o rio, uma ruína, um barco de combate, um porto clandestino, um sujeito sem identidade, uma língua estrangeira, um porto da Marinha, uma queda d'água, uma ponte. Todos esses signos expressam sentidos, emanam fantasmas do passado. Compõem uma territorialidade.

O RELATÓRIO COMO INQUÉRITO SOBRE O ESPAÇO

Primeiramente, o autor identifica o seu pertencimento narrativo quando aponta o destinatário. Ele está falando a partir de uma instituição oficial, o Exército Brasileiro. Sua escrita tem destinação certa: a Delegacia de Ordem Política e Social da década de 1940. Seu corpo como narrador também carrega uma identidade.

Partiu dia 27 de novembro e encerrou o perímetro do itinerário no dia 22 de dezembro de 1942, no Quartel Militar de Foz do Iguaçu. As honrarias às insígnias chamam a atenção pelas referências e o modo de expressão. Ao encerrar seu Relatório, segue impresso um despacho: "extraia-se cópia e encaminhe-se a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública. Tal despacho segue assinado por Glaucio Guiss, Delegado". De fato, o Relatório tramitou segundo esse *encaminhe-se*; há um despacho da Escrivã Aracy Albuquerque Neira: "o referido é verdade e dou fé, Foz do Iguaçu, 23-12-42".

O texto do Relatório foi desenvolvido em 21 parágrafos com uma frase ou mais, escrita na forma indireta, sem muitos detalhes. Aliás, no primeiro parágrafo, já se menciona sucintamente aquilo que o leitor encontrará ao final: "[...] sem novidade". Essa antecipação do resultado indica encerrar uma angústia, uma espera por resultados produzidos pela observação ou expectativa do autor, mas também de outros interessados *ausentes*. Desde logo, o autor entrega seu produto, sua busca: nada encontrei, afirma no texto. A frase toda tem esse teor: "cumprindo as determinações de V. Sa. parti desta localidade dia 27 do mês próximo findo, margeando toda costa do Rio Paraná, regressando a 21 do fluente *sem novidade*". Invertendo a disposição da frase do Relatório temos: conforme Vossas instruções, fiz a diligência e nada encontrei. Ele dialoga com uma autoridade superior; ele deixa claro que o Relatório era parte da peça de um inquérito "invisível".

As referências às insígnias ganham aqui seu sentido: o Relatório é do tipo inquérito, produzido a partir de observação direta, a campo, e por determinação de autoridade superior. Talvez, o caráter monossilábico do texto tenha a esconder algo que, nesse tipo de descrição, o registro é apenas um dos modos de transmissão. Há aquele que atende a outro modo, registrado pelos olhos, pela experiência e transmitido de forma oral. Este não é documental o que pode ser sugerido, nesse caso, como *não oficial*.

Se considerarmos o significado de *costa*, também extraímos daí algum sentido para o enunciado. Segundo o Dicionário Aurélio, a partir da "geografia, compreende-se uma área que fica à margem de rio, lagoa etc." Logo, o viajante não apenas faria uma viagem à hidrografia regional e fronteiriça, mas a uma margem, a um entorno. Costa, portanto, no texto do Relatório, significa muito mais que apenas uma indicação geográfica. No caso da tríplice fronteira, é local de residência das fantasmagorias produzidas em disputas. Ele não se refere à encosta, mas a um território.

Sugerimos que o texto diga mais que aquilo que está expresso e não é pelo fato de ser documento oficial do exército. Se não perguntarmos o porquê, mas o como, podemos encontrar outras cartografias de pensamento dispersos, mas com extensão suficiente para demonstrar conteúdos outros que passam através de atos, olhares e silêncios. Um devir que passa através das palavras (DELEUZE; GUATARRI, 1992; 2002); os deslocamentos que o autor faz para criar seus enunciados. Como "toda a costa do rio Paraná" foi elaborada como problema e constar no campo de observação das instituições de segurança nacional nos anos iniciais da década de 1940? Basta retornarmos ao território palco, a tríplice fronteira e as fantasmagorias que lhe dão formas. No mapa a seguir, o traçado dos rios – Paraná, Iguazu, Paraguai, Pilcomayo, Negro, Ibicui, Salado e Rio de la Plata. Entrada e saída para o mar; artérias de interiorização no continente. Este era o cenário principal, natural, sob o qual o inquérito Relatório se fazia. A presença de um militar assentava-se em um *continuun aionico*; o cuidado, a segurança, também.

Figura 1 - Bacia hidrográfica do Rio Paraná



Fonte: Wikiwand (2023).

Conforme o contexto do texto do Relatório, o autor busca a "costa do rio Paraná", na tríplice fronteira, e *inspeciona* a fronteira do Brasil com o Paraguai e Argentina. A costa, local de antigos litígios, está no centro do Relatório; por isso, o local não é uma costa, mas um território significado, com sentido. Nomeia lugares, pessoas e responsáveis por atividades e a nacionalidade de cada um. Assim, em cada dia decorrido, o percurso de uma viagem, descreveu as ocorrências seguindo sempre a mesma estrutura de texto:

> Dia 27: parti desta passando por porto Embalse, morador Snr (Sr.) Cancio Aquino (paraguaio), porto bela Vista, morador Snr Ewaldo Keng (argentino) que faz travessia de passageiros em

> canôa. Chacara Carvalho, do Snr Antonio Carvalho (brasileiro). Porto Leonor que fica em frente o porto Curupaiti no Paraguai, morador snr. Èdro Jeca Kuei (argentino) com cinco filhos brasileiros. Porto Corola Cuê, morador Amancio Arçamendia (paraguaio), tem uma pequena plantação de milho, arroz, feijão, fumo e etc.; tem no porto duas canôas, uma de propriedade de Antonio Carvalho e outra de Estefano Ramires. Porto Temoteo Uzuma, morador Snr Temóteo Uzuma, brasileiro, tem plantações de milho, feijão, arroz e criação de gado, cabritos, porcos e galinhas. A estrada até este porto é carroçável e bôa, podendo entrar caminhões" (PARANÁ, 1942).

No dia 28, descreve, dentre várias propriedades e proprietários da costa do Paraná, a visita ao Sr. Rosário Benitez, paraguaio, "[...] com 67 anos de idade, residente neste porto desde 1903; é o maior plantador desta zona, com criação de porcos. Neste porto fica o campo de emergência Ocuy, com 550 x 80 metros; quem toma conta deste campo de pouso é o Snr. Julio Dominhack."

Para o dia 29, faz uma descrição com o *destaque sublinhado* que não se repete no texto do Relatório (*ipsis literis*):

> dia 29: Rio Ocuy, porto 7 de setembro abandonado, antigo trabalhador Eugenio Caferata, na exportação de madeiras. Porto Ytacorá, onde o Snr. Geronimo Vargas está tirando madeira. O porto está abandonado (sem morador) tendo na planchada com torras (toras) de madeiras. Porto Moleda, morador o Snr Patrício Moleda, brasileiro, está nesse porto desde 1910 (colono militar), é grande conhecedor desta zona". (PARANÁ, 1942)

No dia 30 de novembro, descreve o porto Sol de Maio, "sede da Cia Esperia, hoje paralisado, em decadência, administrado pelo Snr Agenor Silveira, inspetor de Quarteirão, produtor de 1.000 sacas de arroz e outros produtos como café, milho, tuna, feijão e cana de assucar".

Quanto aos destaques feitos no texto original, não se pode atribuir diretamente ao autor. O Relatório que acessamos, como fragmento documental, é uma cópia. Os destaques podem ser marcas de um leitor, ao invés do autor. De qualquer modo, é evidente que alguém (autor ou leitor) desejava destacar a ação de extração e transporte de madeira da fronteira, bem como do indivíduo "militar brasileiro, grande conhecedor da zona". Há aqui uma mensagem "enviesada", quase invisível, mas com grande significado para aquele território palco.

Segue o Relatório. Em primeiro de dezembro, visita e descreve a sede da Cia Bartes, cooperativa Manoel Ribas e:

> [...] boa casa comercial pertencente a Valentin Agostini; A Cia Bartes possue grande paiós cobertos de zinco e também grande quantidade de ferros velhos. Tem como administrador o Snr Pedro Alhana, pois o Snr Ladislau Viver transferiu sua residência para o Paraguai. Cia Esperia possue grande número de casas abandonadas... A cooperativa Manuel Ribas não vai adiante, devido á falta de capital, as dívidas que contraiu com os colonos e a concorrência nas vendas com o Snr Valentin. Esta colônia tem mais de 60 familias que se dedicam a plantação de arroz, cana de assucar, feijão, milho e criação de porcos, para a exportação da banha... (PARANÁ, 1942).

> Dia 2, descanso dos animais. Dia 3 parti a rumo de Cascavel, pela antiga estrada que liga Santa Helena a Cascavel... com muita dificuldade, pontes caídas [...] Cascavel, segundo fui informado nenhuma irregularidade ocorre neste distrito, tendo notado que o povo desta localidade está consciente do momento atual e a *discreta vigilância policial está sendo mantida de maneira a elogiar*.
>
> Dia 11: até Rio Branco, colônia onde está a Cia de Madeira Alto Paraná, atualmente trabalhando na extração de olios cidreira extraído do capim cedroso. Administrador é o Snr Henrique Hermer, casado com senhora suissa, tem 1 filho brasileiro, dedica-se a caça e possue um aparelho *radio-receptor*;
>
> Dia 12: Porto São Francisco, morador Snr. Francisco Valejo (paraguaio), casado com mulher brasileira e tem 6 filhos brasileiros. O mesmo é operário. Porto Altaza (Alica), antigo porto de extração e exportação de erva mate, mora ai a viúva do *caudilho argentino* Julio Thomas Alica [...].
>
> Entre os dias 12 e 17, final da viagem, percorre por chácaras, Portos, como Mendes Gonçalves da Cia Mate Laranjeiras, a Guaira, de ali para o rio Piquiri. Retornam a Guaira no dia 17 e encerra a viagem em Foz do Iguaçu, no dia 22 de dezembro.

Deslocamentos e Fantasmagorias

Afirmamos anteriormente acima que algumas cartografias do pensamento cruzam o relatório de Manoel Cursino Dias Paredes. Algumas são narradas em seu Relatório, outras estão incrustradas e manifestas de forma subjetiva, impregnadas na escrita. Há ainda as institucionais que explodem de forma velada e estão presentes em seus enunciados importantes de consideração, para compreensão dos sentidos.

Consideremos, inicialmente, seu lugar de fala. Há algumas insígnias que precisam ser levadas em consideração e que laureiam a narrativa. Manuel Cursino é soldado do Exército Brasileiro; isto é, expressivo. Seu itinerário é também muito significativo. Embora a partida seja da capital para o interior, com deslocamento leste a oeste, sua diligência parte de Foz do Iguaçu a Guaíra, segue até o rio Piquiri, retorna a Guaíra e a Foz do Iguaçu. Ressaltamos que diversos outros "viajantes" como topógrafos, geógrafos, historiadores, indigenistas, viajantes-naturalistas, militares, comissionárias de obras de viação, dentre outros, também incursionaram nos "sertões" do Oeste paranaense. Estes, no entanto, seguiram diversos outros itinerários que são possíveis de serem traçados nessas paragens.

Os elementos cartográficos definidores do itinerário de Cursino são três. Era preciso "*ir em revista*" *in loco*; era preciso *ter uma visão militar*, ou seja, de segurança e defesa nacional do território; era preciso *identificar sujeitos e atitudes com potencial de ameaça*. Os pontos do itinerário são de extrema significância para os sentidos implícitos e explícitos: trata-se da mesma rota que, desde as coroas, fomentou os conflitos diplomáticos e bélicos que assolaram a história local.

Manuel Cursino é o sujeito deleuziano cartografando. Deleuze afirma que cartografia é uma arte de fazer mapas, traçados implícitos ou explícitos, "conectável, desmontável, reversível, suscetível de

receber modificações constantemente" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 21). O contato *viz a viz,* no local, com os estrangeiros e nacionais, com o modo de produzir sementes – milho, arroz, feijão; com o produzir de proteínas: porcos, cabritos, banha; com o extrair produtos nativos como erva mate, madeira; com a caça e a pesca. O contato e a permanência com esses "outros" da costa do rio Paraná, mesmo que breve, deve lhe ter impregnado o olhar, cujos reflexos estão no escrito e no não escrito de seu Relatório.

Colonos e militares, velhas memórias

Conforme pode ser visto no mapa anexo (a página 12), a citada costa do rio Paraná, é lugar de litígio desde a disputa das coroas espanhola e portuguesa. Essa fronteira extrema a Oeste do estado do Paraná confronta com o território paraguaio e argentino, a fronteira do Iguaçu ou arco sul, como já mencionado. Há muitas memórias escritas que alegam terem sido os espanhóis que, adentrando pelo rio da Prata, *mar del Plata* do território argentino, chegaram às costas do rio Paraná, através do rio Iguaçu.

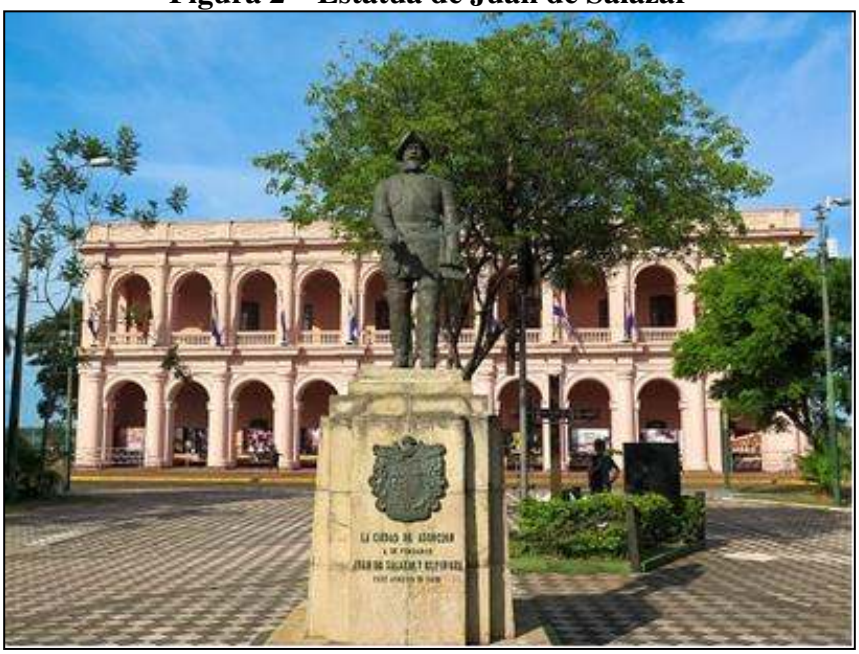
O primeiro grande feito espanhol na costa do Paraná foi a fundação da cidade de Nossa Senhora Santa Maria da Assunção (nome oficial). É reconhecidamente o estabelecimento permanente mais antigo na bacia do rio da Prata, fundado em 15 de agosto de 1537 por Juan de Salazar y Espinosa de los Monteros. A fundação do forte que daria vida à cidade de Assunção, futura capital do futuro Estado Paraguaio, levou a cabo no território dos carios, tribo de descendentes guaranis, que ocupavam a região. Durante a época colonial foi um importante centro de descanso e reaprovisionamento para aqueles que chegavam ao rio da Prata desde a Europa, atraídos pela ambição de ouro e da prata do alto Peru.

Assunção é conhecida como a "Mãe das Cidades" do século XVI, porque, durante a conquista espanhola, partiram dessa capital várias expedições com o objetivo de fundar outras do cone sul-americano, entre elas, Buenos Aires (na segunda vez, após a falida tentativa de 1536), Corrientes, Santa Fé, Concepción del Bermejo, Santa Cruz de la Sierra, Santiago de Jerez e Cidade Real. Assunção é a capital do Paraguai; um panteão em homenagem aos fundadores "está instalada desde mediados del pasado siglo frente al edificio del viejo Cabildo, en el centro histórico de Asunción" recepciona os visitantes.

El Panteón recepciona o visitante, demonstrando augustamente a sua disposição de conquista e defesa: andando (em movimento) empunha sua espada: *el conquistador*.

Portanto, desde o início do século XVI, a presença massiva de espanhóis esteve garantida pelos *adelantados* da coroa de Espanha. Presença incômoda que foi negada, repelida, razão de armistícios diplomáticos e bélicos entre as coroas portuguesa e espanhola. A ancestralidade espanhola é um marco cultural inegável em todo o entorno mesopotâmico dos rios Paraná, Iguaçu, Paraguai e Piquiri.

Figura 2 – Estátua de Juan de Salazar



Fonte: ABC en el Leste (2023).

A Mesopotâmia deu à luz ainda, em 1525, à Ciudad Real Del Guairá, atribuído seu registro e nomeação a Aleixo Garcia. Somente em 1554, foi fundada a Ciudad Real Del Guayrá, *na confluência do Rio Piquiri* e, em 1570, um novo estabelecimento surgiu *à margem esquerda do Rio Paraná*, denominando-se Vila Rica do Espírito Santo, que rapidamente tornou-se o mais importante centro urbano da antiga Província do Guairá. Nessas vilas, a atividade econômica girava em torno da horticultura e do extrativismo, cujo principal produto era a erva-mate. Guairá sobreviveu aos ataques portugueses; mas movida por uma empresa estrangeira, para exploração da erva mate. Thomas Larangeira obteve, em 1882, por meio de Decreto Imperial, o direto de exploração de ervais nativos. Em 1902, a Mate Larangeira estabeleceu-se em Guaíra e fundou o Porto Mojoli. Em 1929, Thomas aderiu à exportação da erva mate e criou uma sede no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Os novos ares políticos do Brasil, no entanto, não lhe foram favoráveis. A empresa Mate Larangeira começou a arrefecer na década de 1940, quando o governo Getúlio Vargas encampou o patrimônio da empresa, rebatizando-o de Serviço de Navegação Bacia do Prata.

As rinhas das coroas tiveram sequência nas Repúblicas, de ambos os países. Continuaram a litigância pela definição de suas fronteiras; mas era fato, inconteste, no Relatório de 1942, que a presença de nacionais e estrangeiros da costa do rio Paraná (ainda) era notório, realizando o cultivo da terra, criando animais, administrando Cias e ou chácaras, ignorando o *non plus ultra*, estabelecido pelos Estados Nacionais.

Mencionamos que há dois pontos cartográficos definidos no itinerário do viajante. Compreendemos, então, os porquês do traçado do seu itinerário. Ele parte de Foz do Iguaçu, passa por Guaira até as margens do rio Piquiri e retorna ao ponto de partida, para encerrar a viagem. Esses são pontos incorpóreos, significativos que conduzem o fluxo do ir e vir.

Foz do Iguaçu não tem menor importância enquanto "pelourinho" e recurso simbólico. Ela foi, antes de Vila, cidade e município, uma sentinela militar. Uma colônia militar, dentre muitas, criadas no período monárquico e republicano do Brasil. Os pontos da deambulação do viajante estão implícitos em um imaginário que transpõe o seu próprio corpo: os portugueses já haviam demonstrado algumas estratégias de definir o seu *non plus ultra* mediante um outro princípio: o do *Uti Possidetis*. Embora de formas rústicas, pensavam a conservação das posses conquistadas, mediante a seleção de pontos favoráveis, de passagem obrigatória, de cercanias de disputas com outros países e firmavam destacamentos militares para proteção. Fortes, Destacamentos móveis, Colônias foram as estratégias mais usadas. Assim conhecemos a Colônia do Sacramento, a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, o Forte de Coimbra, a posição de Fecho-dos-Morros, o destacamento de Casalvasco e o de Corixa Grande, o Forte Príncipe da Beira, as instalações em Tabatinga, São José de Marabitanas, Cucuí, São Joaquim e São José de Macapá, além de muitas outras. Como disseram Maya e Franch (2022),

> A colônia espanhola projetou suas cidades como instrumento de dominação e se caracterizou por aplicação insistente para assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de núcleos populacionais estáveis e bem organizados [...] surgiu a América do Sul no século XIX, com territórios e limites incertos quando foi aplicado o *Uti Possidetis juris*, baseado na divisão territorial administrativa colonial estabelecidas nas Cédulas Reais, ocasionado pela ambição territorial dos vizinhos, se vendo obrigados a empregarem a força e a diplomacia para alcançar avanços significativos sobre sua soberania territorial (MAYA; FRANCH: 2022, p. 21).

Esses locais militarmente vigiados garantiram um primeiro contorno territorial para o nascente território do Brasil. À sombra da proteção do militar às Colônias, surgiram vilas, cidades, municípios que garantiram definitivamente a posse e as fronteiras. A figura do militar desde então está associada à defesa, à colonização e à segurança local. Constrói-se, na contramão, um simbolismo do militar com a defesa territorial local.

O Relatório, implicitamente, desloca-se nesse imaginário persistente que uniu defesa militar, território e nacionalidade. A presença militar em defesa territorial ganhou especial impulso no Regime Regencial da Monarquia no Brasil. As diversas revoltas internas, a descentralização política do Reinado e as independências espanholas que se faziam no entorno do território mostrava-se como ameaças, visto que havia, naquele momento, tratados de limites estabelecidos, era a presença da guarnição militar que a

revestia de áurea. Ao Norte, havia incômoda presença da França, que disputava, na Amazônia, uma vasta extensão de terras – a Guiana brasileira. Ao Sul, com Rosas e Oribe, esboçavam-se novas ameaças, já que ambos estavam inconformados com os limites vigentes.

Embora a primeira colônia militar tivesse surgido em 1840, data de uma década mais tarde o primeiro ato legislativo a seu respeito. Encontra-se na Lei Orçamentária do Império, exercício de 1850-51, com o número 555, de 15 de junho de 1850, o mandamento para "estabelecer, onde convier, presídios e colônias militares, dando-lhes a mais adequada organização". Instituía-se formalmente a colonização militar no país. A regulamentação definia as suas finalidades: "proteção e assistência aos colonos; controle de regiões que pudessem tornar-se refúgio de criminosos; promoção da cultura do solo e da exportação de produtos naturais; proteção e assistência à catequese dos silvícolas".

Outras finalidades ainda podem ser encontradas nas Instruções para o funcionamento das diversas colônias agrícolas posteriormente: respeito à integridade indígena; proteção das populações contra assaltos e agressões; proteção à navegação fluvial, proporcionando-lhe pontos de apoio nas margens despovoadas dos rios; distribuição de terras, de acordo com a legislação então vigente, a voluntários, logo que obtivessem baixa do serviço ativo do Exército.

Esse ato administrativo remete-nos a entender a extensão cartográfica incorpórea do enunciado de "costa": guarnecer, conhecer, proteger a população e o território. Ato inconfesso de nosso Relator, mas plausivelmente presente. Um civil militarismo na proteção fronteiriça que "unia" tempos imperiais com tempos republicanos. A opção pelo soldado, diz literalmente um outro Relatório, de 1868, emitido pelo então Secretário de Estado da Guerra:

> O de que se trata é de estabelecer núcleos de povoamento em lugares remotos, centrais, despovoados, onde a princípio só podem resistir às privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados à obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos de disciplina militar. (BRASIL, Relatório da Secretaria de Estado da Guerra, 1968).

O militar é representado como o sujeito/qualidades adequadas à defesa do território em detrimento a outros tipos, que, devido à hermidade e inospidade, não resistiriam.

Essa imagem positiva do soldado fez parte de densa produção historiográfica no Brasil. Diversos autores e textos das décadas de 1910 a 1950 versaram massivamente sobre o trabalhismo, a ética da produção, a economia nacional, solos e agricultura, territórios e fronteiras. Textos e autores renomados contribuíram para a construção de representações fundadoras do pensamento nacional. Caso expressivo de textos de Bóris Fausto; Celso Furtado; Oliveira Vianna; Cassiano Ricardo; Sergio Buarque de Holanda; Silvio Romero; Capistrano de Abreu; Gilberto Freyre; Nelson Werneck, dentre outros.

Textos que, dentre outros enunciados iconográficos (BOURDIEU, 2019), assemelharam o soldado com o agricultor: um apelo narrativo que fomentou discursos políticos, por exemplo, nas narrativas de Getúlio Vargas, mas também a outros como de lideranças sindicais (LENHARO); textos jornalísticos e literatura narravam essa metamorfose mista entre agricultor e soldado. Narrativas ocidentais (LE GOFF) feitas nos limites do confronto entre civilizáveis e incivilizáveis; progresso, evolução, cidade e *hinterland.*

Houve diversas fontes dessas narrativas de civilidades. Consideramos a mais significativa o relevante conhecimento produzido pela sociologia rural. Desprovidos ainda de nomes acadêmicos expressivos contemporâneos ao nosso autor do Relatório, alguns nomes estrangeiros ganharam a cena, quando da fundação da Universidade de São Paulo, 1934 e 1944.

Como afirmou Azevedo, a Sociologia já era, enquanto cátedra, conhecida nas Escolas Normais em 1924. Era disciplina auxiliar da Pedagogia, como resultado de um esforço do movimento reformista pedagógico da Escola Nova. Autores como Durkheim e Dewey e problemas sociais como urbanização, migrações, nacionalismo, identidade, analfabetismo, pobreza, miscigenação passaram a circular pelos meios acadêmicos (AZEVEDO, 1951).

Nos anos iniciais da década de 1930, ocorreu a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934). Essa fase é conhecida como científica, pois se investiu no ensino e pesquisa em Sociologia, demarcando o início da chamada etapa da Sociologia Científica (LIEDKE FILHO, 2005), a qual viria a ter seu apogeu em fins dos anos de 1950.

Também Costa Pinto (1955) indica os principais temas enfocados pelas Ciências Sociais no Brasil em meados da década de cinquenta: população, imigração e colonização; - relações étnicas, contatos e assimilação (o negro; o índio e o branco colonizador); - educação; - história social; - Direito e Ciência Política; - estudos de comunidades; análises regionais e Sociologia rural e urbana. Naquele período, os seguintes temas ocupavam também posição de relevo na produção das Ciências Sociais brasileiras: a elaboração de manuais para o ensino de Sociologia em escolas secundárias; teoria e método das Ciências Sociais (incluindo a tradução e divulgação de livros estrangeiros especializados); folclore; Sociologia da arte e da literatura, Psicologia social e, em campos marginais entre a Sociologia e a Economia, os estudos de padrão de vida e as pesquisas de estratificação, mobilidade e sociologia ocupacional (COSTA PINTO, 1955). Eram esses vetores que acenavam para temas nacionais, ou seja, os focos de estudos e, portanto, de narrativas fundadoras de outras formas de saber, notavelmente, o político e militar.

São esses vetores que fundem agricultor e soldado. Corpos úteis para a nação. O vetor que guia o Relator que perambula pela costa do rio Paraná é esse "mixtão", termo de época que significa composição, combinação, mescla: o homem nacional. O exército brasileiro, moderno, "científico", seguia as mesmas pegadas dos cientistas. Lembremos que, enquanto as Universidades no Brasil traziam estrangeiros para fundar as escolas acadêmicas, o exército brasileiro também usava o mesmo expediente. No período de 1905 a 1910, vários soldados brasileiros estagiaram no exército alemão, sob chefia de Hermes da Fonseca, com o intuito de reproduzir com as tropas brasileiras, as manobras, táticas e conhecimentos técnicos. A partir de 1919, uma Missão Francesa redirecionou a escola militar do Brasil para aquele país (CARVALHO, 1950), o que resultou em diversos acordos bilaterais até a atualidade. O corpo nacional, portanto, não se restringia a somente uma questão de biologia da raça, como ditavam as narrativas das "sciencias" mas, no caso do Brasil, também ao conhecimento do território e das fronteiras, visando à sua defesa, conhecimento, descrição pormenorizada. E o exército brasileiro, naquele momento, respondia a essa necessidade de governo. Daí o porquê de o Relatório escrito por Manuel Cursino ser apenas uma peça de um grande tabuleiro de inquérito. O imaginário militar fala em seu corpo e no corpo da nação; mas também no *continuu aionico* da história do Brasil Colônia ao Brasil República, cujos confrontos e destrezas puseram marcas militarescas profundas no território palco da tríplice fronteira.

Pensemos em um outro vetor da narrativa, aquele fornecido pela Geografia. Já ressaltamos que a "costa do Paraná", desde as duas coroas, era lugar de grande trânsito de sujeitos de diversas nacionalidades, predominantemente de espanhóis. Em busca de Potosi e as riquezas incas; com Entradas ou Bandeiras para prear índios; com a Fundação de Reduções, esse local era intensamente *praticado*, termos cunhado por Michel de Certeau para designar itinerâncias e produções de sentido, mediante uma quase infinita variedade de linguagens (CERTEAU, 2014). Como resultado dessas praticâncias, algumas visibilidades já tinham formas no sentido de vincular o pertencimento territorial, o *non plus ultra* e o brilho do Cetro do poder. Trata-se do itinerário de seu deslocamento.

Ele iniciou a sua viagem em Foz do Iguaçu; foi até Guaíra, deslocou-se até o rio "Piquiri acima", visitando diversas chácaras, descrevendo suas atividades produtivas e a nacionalidade de seus proprietários ou responsáveis. Embora não descreva detalhes sobre o deslocamento no rio Piquiri, o itinerário foi curto; foi a cavalo. O rio é interior, ou seja, não faz divisa; é rio de integração. Foz do Iguaçu e Guaíra, por sua vez, são lugares de divisa, assim como toda a costa do rio Paraná. São os Pelourinhos do Estado Nacional, já instituído desde a disputa das duas coroas. São, de fato, o *non plus ultra* do Estado Moderno. Contudo, a presença de um militar nas cercanias confirma a desconfiança, a necessidade de poder fazer-se simbolicamente presente, irradiar o poder do cetro.

O pelourinho iguaçuense é a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Sobre o ato de sua fundação, não se conhece o Decreto; existe uma trilha documental que menciona a emancipação de Colônia a Vila. Obter o status de Vila, era possibilidade já prevista no Regulamento geral para a criação de Vilas militares, Decreto nº 662 de 22 de dezembro de 1849. A norma criava a possibilidade de colonos serem "engajados" como militares, receber os soldos pelo Ministério da Guerra e a titularidade de terras para o plantio e criação. Já acenava para os princípios da fixação populacional em territórios ermos, não ocupados por nacionais, desde o Império. Sabemos, por meio de registros históricos, que a 10 de março de 1888, Tomás José Coelho de Almeida, então Ministro da Guerra, em um dos seus primeiros atos, criou uma Comissão, com a seguinte missão: (1) continuar a estrada de rodagem que parte da cidade do Porto da União para a de Palmas; (2) ligar aquela cidade à de Guarapuava; (3) abrir uma estrada que, partindo desta, atingisse o rio do Cobre, seguir por este abaixo *até a sua confluência com o Rio Piquiri*, *por este abaixo até sua foz no Rio Paraná;* (4) atravessar esse rio com o fim de ligar o Estado do Paraná ao de Mato Grosso; (5) construir estradas estratégicas naquele Estado; (6) *descobrir a foz do rio Iguaçu*; (7) *fundar uma Colônia Militar na mesma foz*. (BRITO, 2005, p. 18). Este texto sobre a Comissão é a memória oficial. Tomás José Coelho de Almeida escreveu suas Memórias em 1938.

De fato, a manutenção da Colônia é diversas vezes citada nos Relatórios Financeiros de governo. Em 1897, por exemplo, a Lei 490 de 16 de novembro do mesmo ano, que "fixa a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1898, e dá outras providencias", em seu art. 14, descreveu:

> Art.14: Colonias militares (rubrica 24ª da proposta) - Reduzidos 106:310$500, sendo 26:310$ das gratificações e etapas dos directores e ajudantes, que perceberão pelas 10ª e 11ª rubricas, e 80:000 na consignação - Estrada estrategica na colonia da foz do Iguassú - ficando 20:000$ para a conservação da mesma estrada - augmentados 2:912$500 para o pessoal e 6:500$ para o material da colonia Pedro II, na fronteira do Pará.

Observamos que, no ano seguinte, o orçamento geral federal previa aplicação de recursos para linha telegráfica e continuidade de obras de construção de Estrada. Confirma o texto da Lei 834, de 30 de dezembro de 1901, quando "Fixa a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1902, e dá outras providencias":

> Obras militares - Augmentada: de 100:000$ para continuação da construcção das linhas telegraphicas estrategicas nos Estados de Matto Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul; de 700:000$ para continuação da reconstrucção da fortaleza da Lage; e distribuida a importancia de 110:000$ do seguinte modo: 40:000$ *para a estrada de Guarapuava á colonia do Iguassú;* 40:000$ para *a linha telegraphica em construcção á foz do Iguassú;* (...)

Criada a Colônia, instalado o telégrafo e demais estabelecimentos preconizados pela norma, sua ascensão administrativa ocorreria 26 anos depois. Emancipada, criou-se a Vila em 10 de junho de 1914 com o nome de Vila Iguassu. Porém, há duas versões sobre quem seria o descobridor e sua nacionalidade. Afirma-se que, em 1542, o espanhol Álvar Nuñez Cabeza de Vaca chegou ao rio Iguaçu e, por ele, seguiu guiado por índios Cainganges, atingindo as Cataratas e ficando o registro de que foi o "descobridor" das quedas. Uma outra menciona que, em 1881, Foz do Iguaçu recebeu seus dois primeiros habitantes, o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles. O fato é que, parecendo ignorar os sujeitos cotidianos, a norma que marcou o território erigiu o ícone: a Colônia Militar em território de indivíduos de muitas nacionalidades, sendo que essa pluralidade de sujeitos ficou nos registros do Engenheiro e Tenente José Joaquim Firmino, que chegou a Foz do Iguaçu em julho de 1889, com a intenção de instalar uma colônia militar. Seu Relatório aponta que havia uma população, tendo sido identificadas 324 pessoas. Dentre elas, contaram-se: 9 brasileiros, 5 franceses, 2 espanhóis, 1 inglês, 95 argentinos e 212 paraguaios.

Esse investimento de defesa territorial no lado extremo do Oeste do Paraná, no Sul do Brasil estava sendo executado também de outro modo. Além da presença militar e a construção de estradas, as vias férreas eram a grande saída de integração territorial, econômica e de defesa nacional. Assim sendo, esse local "estrangeiro" do Brasil foi alvo do planejamento do governo central. De fato, o Decreto 920, de 24 de outubro de 1890, fazia extensiva a concessão da Estrada de Ferro do Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte a um "sub-ramal de Guarapuava a foz do rio Iguassú". O inteiro teor do Decreto pontuava o seguinte:

> O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da República dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exército e Armada, em nome da Nação, resolve fazer desde já extensiva á concessão da estrada de ferro do Itararé a Santa Maria da Bocca do Monte, de que tratam os decretos ns. 10.432 de 9 de novembro de 1889, e 305 e 462, de 7 de abril e 7 de junho do corrente anno, *a do sub-ramal de Guarapuava ás foz do rio Iguassú*, que, pela clausula 1ª do citado decreto n. 305, havia sido excluída daquela concessão na qual fica assim de novo comprehendido para todos os effeitos, *devendo, porém, terminar na margem esquerda do rio Paraná, ponto fronteiro ao porto do Itapocurupocú* (BRASIL,1890).

Não há registro e ou conhecimento da execução da mencionada obra. Nenhum trilho foi fixado no território mencionado, a não ser alguns poucos quilômetros entre pequenos portos, construídos por empresa estrangeira entre Porto Mendes e Guaira para transporte de erva mate. Mas fica explícito que o chefe da República, mesmo que em função provisória, tinha o olhar voltado para essa tríplice fronteira.

Em 1913, o mesmo Generalíssimo assinou decreto emancipando a colônia militar de Foz do Iguaçu, juntamente com a colônia do Alto Uruguai, transferindo-as ao regime civil, ato que, politicamente, elevaram-nas ao status de Vilas. Assim, expressa-se no Decreto:

> O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida pelo art. 29, lettra j, da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913, resolve emancipar as colonias militares á foz do Iguassú, no Estado do Paraná, e do Alto Uruguay, no do Rio Grande do Sul, as quaes passarão para o regimen civil, reservados á União o material do Exercito e próprios nacionaes existentes nas mesmas colonias assim como as áreas necessárias para serviços militares (BRASIL,1890).

O itinerário, como afirmamos, era lugar praticado. Além da Colônia ou Estrada Estratégica, 10 anos após à elevação da Vila Iguaçu, foi a vez da Marinha instalar posto avançado. A assim nominada até hoje Capitania Fluvial do Rio Paraná (CFRP), foi instalada, em 7 de janeiro de 1924, com o nome de Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Paraná, criada de acordo com o art. 43 da lei 4.793, de 07 de janeiro de 1924. Sua efetiva instalação ocorreu somente a 06 de março de 1933, ocasião em que se criou uma Delegacia de Capitania em Guaíra. Ainda como desdobramentos dos discursos de defesa territorial e da nação brasileira, em 20 de novembro de 1940, foi elevada à condição de Capitania de Terceira Classe, com o nome de Capitania Fluvial dos Portos do Rio Paraná, com sede em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, pelo Decreto nº 6.530 (Bol. MM nº 50/1940), exercendo jurisdição sobre o curso do Rio Paraná em toda a sua extensão, sobre o curso do Rio Grande, compreendido desde a Cachoeira do Marimbondo até a confluência com o Paraná, e sobre todos os afluentes navegáveis dos Rios Grande e Paraná. A Agência de Guaíra, por "extensão" de soberania, passou a chamar-se Agência da Capitânia dos Portos do Rio Paraná e teve sua jurisdição ampliada para as "principais malhas hídricas dos rios Paraná, Tibagi, Ivaí e Piquiri, além do Lago Igapó, em Londrina" (BRASIL, 2022).

Decorrendo o ano de 1942, no dia 17 de dezembro, Manuel Cursino encerrou o itinerário retornando do rio Piquiri para Guaíra, costa do rio Paraná. Através da Capitania dos Portos, partiu no dia 21 e chegou a Foz do Iguaçu no dia 22.

CONSIDERAÇOES FINAIS

O Relatório, portanto, não era resultado de uma aventura de naturalista, apesar de descrever pontos da Geografia; sequer é um Relatório que, em sua escrita, registra pormenores úteis para as estratégias militares. Ele reveste-se de dispositivos discursivos que são ditos naturalmente por uma subjetividade trabalhada, incorporada, pelas presenças do verde oliva, do branco com azul, com a convicção de nacionalizar e defender o território e a fronteira ao pontuar ainda presença do estrangeiro. Mas o não dito coloca-o em contato com outros sujeitos fantasmagóricos da fronteira: são sujeitos iconografados, qualificados pelo saber. São os indígenas, os trabalhadores da terra, dos telégrafos, do comércio; marinheiros, soldados e agricultores soldados. Ou seja, fantasmagorias produzidas desde o início do século XVI e que sobrevive no tempo, na letra de textos recorrentes.

Essa genealogia da costa do rio Paraná possibilita essa compreensão; há muitos enunciatários e enunciados; há muitos personagens, inclusive, no silêncio do Relator. É no jogo estabelecido entre esses atores que o sentido, a visibilidade e, digamos, a materialidade do discurso produz-se. Um fragmento documental serve a esse propósito genealógico. Não é prova; não é exato; não é puro, como no dizer de Le Goff. Mas ele tem a qualidade de inserir-se na cultura como nos mitos de *Aion* e *Cronos*, de remeter-nos a pensar nas tradições e formas de organização da cultura, do tempo e do espaço. Um fragmento é desde logo uma cartografia e irradiador de muitas formas de sentidos, pois permite cocriações, reinvenções e descontroles.

O Relatório de Manuel Cursino permite compreender a tríplice fronteira e o Oeste do Paraná como uma territorialidade *ad infinitun* reterritorializante, pois as diversas fantasmagorias produzidas desde a disputa das duas coroas estão sempre deambulando, disponíveis para sofrer o apelo de sujeitos diversos e para a construção de diversos sentidos. Manuel Cursino escreveu, em 1942; mas os fantasmas do passado estão presentes, assim como os do futuro. Seria essa função de uma metáfora? Reviver, recompor?

De fato, no tempo presente, há memórias sobre conflitos diplomáticos; conflitos jurídicos; conflitos entre itinerantes de várias nacionalidades. Há conflitos pela importação de diversos produtos, legais e ilegais. Há conflitos trabalhistas e de consumidores mais rotineiros, como o consumidor de combustível que precisa estar de olho na cotação da moeda e no valor de combustível; da compra de farinha de trigo e vinho argentino, que, do mesmo modo, sofre o hálito da cotação. Há crianças e adultos que se deslocam para estudos de nível médio e superior. Esta é a alma da tríplice fronteira: ir e vir. Não significa, contudo, que as pontes construídas sobre o rio Paraná tenham apagado as memórias monarquistas.

Elas estão lá, nos canhões, na língua e no verde oliva. São potências; assim como é da ordem do devir um pequeno fragmento documental, como esse Relatório de Manuel Cursino. A tríplice fronteira é territorial e reterritorializável. As dizibilidades são forças que perpassam pelas palavras, algumas das quais indizíveis; perpassam pela Geografia, local fluente de representações e instituições; são discursos que falam mediante os dispositivos, como o Relatório fonte de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. F. “Colônia Militar do Iguaçu”. **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense**, vol. 22, 1974.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico”. **Revista ArtCultura**, vol. 15, n. 26, 2013

BARROSO, L. "Método e Prática: A História e a Atualidade das Especificidades da Historiografia Antiga". **Boletim de Conjuntura (Boca)**, vol. 7, n. 21, 2021.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019

BRASIL. **Colônias Militares**. Brasília: Exército Brasileiro, 2023. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 31/05/2023.

BRASIL. **Decreto n. 406, de 04 de maio de 1938**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1938. Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: 28/05/2023.

BRASIL. **Decreto n. 490, de 16 de dezembro de 1898**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1898. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 28/05/2023.

BRASIL. **Decreto n. 729, de 09 de novembro de 1850**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1850. Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em: 31/05/2023

BRASIL. **Decreto n. 733, de 21 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1900. Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: 28/05/2023.

BRASIL. **Marinha**: Histórico. Brasília: Marinha do Brasil, 2022. Disponível em: <www.marinha.mil.br>. Acesso em: 31/05/2023.

BRASIL. **Relatório da Secretaria de Estado da Guerra**. Brasília: Exército Brasileiro, 1968. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em: 31/05/2023.

BRITO, J. M. **A descoberta da Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Editora Tezza, 1938.

CARVALHO, S. **Memórias**: Dados para a história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Cruzeiro, 1950.

CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs I**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIEDKE FILHO, E. L. "A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios". **Sociologias**, vol. 7, n. 14, 2005.

LORAUX, N. "Thucydide n'est pas un collège". **Quaderni di Storia**, vol. 12, 1980.

MAYA, M. F. I.; FRANCH, T. "A Historiografia entorno da última Guerra na América do Sul: Cenepa 1995". **Boletim de Conjuntura (Boca)**, vol. 12, n. 36, 2022

MAZZARINO, S. **Il Pensiero Storico Clássico**. Bari: Laterza,1966.

MOTTA, R. P. S. “O ofício das sombras”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, n. 1, 2006.

PARANÁ. **Relatório do 3º Sargento Manuel Cursino Dias Paredes**. Curitiba: Delegacia de Ordem Política e Social, 1942.

POLLAK M. “Memória, esquecimento, silencio”. **Revista Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, 1989.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 16 | Nº 46| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima